

BOLETIM DE CONJUNTURA

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Número 10 - Março de 2017

Esta publicação visa analisar e debater a conjuntura nacional e internacional e os reflexos sobre o mercado de trabalho, os setores, a renda, as negociações coletivas, os preços etc.

É elaborada pelo Grupo de Conjuntura, que reúne técnicos de diversas regiões do país, para ser divulgada bimestralmente para todas as entidades filiadas.



Imagem: Freepik

2016, UM ANO PARA OS FORTES

CRESCIMENTO E EMPREGO

O país atravessa uma das piores recessões da história, no contexto de uma das mais graves crises vivenciadas pelo sistema capitalista. O Produto Interno Bruto (PIB) recuou 0,9%, no 4º trimestre de 2016, em relação ao trimestre anterior. Para todo o ano de 2016, a queda do PIB foi de 3,6%.

O desemprego, após longo período de queda, que partiu da taxa de 12,3%, em 2003, e chegou, em 2014, ao patamar mínimo de 4,8%, recorde da série (IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego¹), voltou rapidamente ao centro dos problemas sociais, retornando ao patamar de 12,0%, no quarto trimestre de 2016 (IBGE, Pnad Contínua) - a taxa média de desocupação foi de 11,5% no ano. O desemprego aumentou em todas as regiões.

No que se refere ao emprego formal, o Brasil perdeu 1.321.000 postos em 2016. A queda no emprego ocorreu em todos os setores, mas, na construção civil, a eliminação de postos de trabalho foi especialmente elevada e atingiu 14% da mão de obra do setor. Em janeiro de 2017, a situação não dá trégua: foram fechados 40.864 postos de trabalho formais.

A previsão da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é de que haja aumento de 3,4 milhões de desempregados no mundo em 2017. Desses novos desempregados, 1/3 será brasileiro, isto é, de cada três postos de trabalhos eliminados no planeta, um será no Brasil.

¹ A PME foi descontinuada pelo IBGE após a divulgação dos dados de fevereiro de 2016. A Pnad Contínua, implantada em janeiro de 2012, substituiu a PME.

CENÁRIO POLÍTICO E ECONÔMICO

Em boa parte, a crise vivida pelo Brasil reflete o esgotamento das saídas convencionais nas quais muitos países têm insistido, apesar de essa escolha significar agravamento do quadro socioeconômico geral. Os problemas do endividamento dos estados e das famílias, o aumento do desemprego, a queda da renda atormentam, em maior ou menor grau, as economias do mundo todo. A economia mundial não consegue engatar uma retomada consistente do crescimento e cerca de US\$ 57 trilhões, segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), estão estocados em fundos de investimentos, valor superior à soma do PIB de todo os países ricos. Portanto, uma das contradições essenciais desse processo é que, enquanto existem fartas quantidades de capitais destinados à especulação, faltam investimentos na geração de riqueza real. Ao mesmo tempo, a carência de investimentos e, portanto, de crescimento, reduz a arrecadação e as possibilidades de gastos do governo, agravando ainda mais a situação.



O programa econômico que o governo federal implanta no Brasil (inspirado nos princípios defendidos no documento *Uma Ponte para o Futuro*), segue uma prescrição neoliberal clássica, cujo propósito é compensar os efeitos da crise mundial sobre as margens de lucro das grandes empresas com redução de direitos da classe trabalhadora e da população.

O Projeto de Emenda Constitucional 287 (PEC 287), que trata da reforma da previdência pública e da assistência social brasileira, constitui outra ameaça e dificuldade, não só para os trabalhadores, mas para toda sociedade. A proposta apresentada pelo governo traz mudanças amplas e profundas no sistema brasileiro de Previdência e Seguridade Social. É ampla porque atinge todos os tipos de benefícios e os dois regimes previdenciários administrados pelo Estado - o Regime Geral e o Regime Próprio. É profunda porque reduz substancialmente os valores dos benefícios e retarda muito o início do período de recebimento de pensões e aposentadorias. A proposta visa, no limite, dificultar o acesso e diminuir os valores dos benefícios dos sistemas previdenciários dos trabalhadores da iniciativa privada e dos servidores públicos federais, estaduais e municipais. “Por isso, declara-se que a proposta de reforma apresentada pelo governo promove a minimização da Previdência pública”². Restringe, além disso, o alcance da Assistência Social, ao elevar a idade necessária para fazer jus ao benefício e apontar para a diminuição do valor da aposentadoria e para restrições adicionais no acesso a ela, seja para idosos ou pessoas com deficiência.

² Nota Técnica 168, de janeiro de 2017.

Além disso, o governo tem pressa em privatizar o patrimônio público. Essa pressa, na melhor hipótese, significará grandes prejuízos ao erário, na medida em que, em função da crise no mundo, todos os ativos públicos estão com preços depreciados, o que no Brasil é agravado pelas altas taxas de juros reais e pela recessão. Os capitais privados, nacionais e internacionais, potenciais compradores das empresas estatais à venda, cobiçam, como esperado, o que o setor público tem de mais rentável e eficiente. Adicionalmente, o governo facilitou o acesso das multinacionais ao pré-sal e estuda também a forma de liberar a venda de terras a estrangeiros. Está pretendendo, para tanto, mudar a legislação, visto que as leis atuais proíbem a compra de propriedades agrícolas por não residentes.

Havia a crença, por parte do governo, de que a colocação em prática de um programa de maior abertura aos capitais estrangeiros inauguraria um ciclo vigoroso de investimentos no país. Porém, o que se observa na economia mundial é uma onda na direção oposta, de caráter protecionista, como se pode ver, por exemplo, pelas primeiras medidas do novo governo norte-americano. Cumprindo promessa de campanha, o presidente dos EUA, Donald Trump, encerrou a participação do país na Parceria Transpacífico, fato que colidiu com a estratégia do governo brasileiro de enfraquecer o Mercosul e aderir àquele bloco econômico. A guinada nacionalista do governo estadunidense, que deve contribuir para esfriar ainda mais o comércio internacional, devido ao peso da economia dos EUA no mundo, ocorre no momento em que o governo brasileiro enfraqueceu as relações com o Mercosul (para onde ainda exportávamos produtos industrializados) e com os Brics, extremamente estratégicas nos aspectos político, econômico e comercial.

Nessa mesma linha, a direção da Petrobras convidou, em janeiro último, 30 empresas estrangeiras para participar da licitação para a construção da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Trata-se, no mínimo, de uma decisão estranha, quando se sabe que o Brasil, reconhecidamente, tem excelência na área de engenharia de grandes obras. Em 2013, das 50 maiores obras de engenharia em curso no mundo, 14 estavam no Brasil. Retirar das empresas nacionais a possibilidade de participar de uma grande obra pública, num momento em que boa parte delas passa por grandes dificuldades financeiras, ameaça o futuro das organizações de capital doméstico.

INFLAÇÃO



Houve desaceleração do nível geral de preços nos últimos meses, fazendo com que a taxa oficial de inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE (IPCA-IBGE), ficasse em 6,48%, abaixo do teto da meta, que é de 6,50%. Esse resultado é fruto, essencialmente, do brutal desaquecimento pelo qual passa a economia brasileira. A expressiva taxa de desemprego; a queda de salários; a retração dos investimentos públicos e privados; o endividamento das

famílias e das empresas e a baixa expectativa dos agentes em relação ao futuro compõem o atual quadro recessivo, com natural reflexo no nível geral de preços. Assim, podemos entender que a convergência da inflação para a meta foi obtida com elevado custo social.

Outros fatores que, complementarmente, contribuíram para a queda da taxa de inflação são: a) fim dos efeitos da liberalização dos preços administrados, especialmente energia e derivados de petróleo, entre o fim de 2014 e o início de 2015; b) reversão da política de desvalorização do real para melhorar o desempenho do comércio exterior, o que trouxe forte impacto aos preços dos produtos importados e commodities dolarizadas e; c) melhor regime de chuvas, o que evitou novos efeitos perversos do clima sobre os preços dos alimentos.

BRASIL EM 2017: MAIS UM ANO COM FORTES EMOÇÕES

O contexto geral de crise econômica profunda, somado a um processo de tentativa de retirada de direitos dos trabalhadores, colocou o movimento sindical em posição defensiva a partir de 2016. As negociações coletivas refletiram essa dinâmica. No primeiro semestre de 2016, segundo o Sistema de Acompanhamento Contratações Coletivas (SACC), do DIEESE, pouco menos de um quarto dos reajustes, cerca de 24% do total, resultou em aumentos reais dos salários, e 39% apresentaram reajustes abaixo da inflação. Em função desse quadro, a variação real média dos reajustes no primeiro semestre foi negativa em 0,50%. É o pior desempenho das negociações por reajustes salariais no primeiro semestre, desde 2003. Certamente, o resultado consolidado desse ano deverá mostrar resultados semelhantes.

A recessão seguirá causando danos, com chance de alguma reação somente no quarto trimestre, o que deve implicar crescimento econômico próximo de 0%, em 2017. A fraca atividade econômica, que vem desde 2014, está estreitamente relacionada à queda dos investimentos, em especial da Petrobras (a partir do drástico recuo do preço do petróleo e do advento da Operação Lava Jato) e à quebra de empresas de construção civil e engenharia, principalmente as fornecedoras da petrolífera. Outro elemento fundamental para explicar a crise brasileira são os crescentes gastos com juros da dívida pública, que têm gerado transferências para os credores de volumes próximos a R\$ 600 bilhões de reais anuais. A dívida pública brasileira é, de longe, a mais cara do mundo.

O processo recessivo, agravado pelo diagnóstico equivocado de que a piora dos indicadores fiscais decorre de aumento dos gastos primários, levou o governo a cortar mais despesas e investimentos, o que agravou o problema do baixo crescimento. Ao reduzir despesas em gastos sociais e investimentos, o governo aprofunda a recessão, atingindo negativamente a receita tributária, retirando sua própria capacidade de promover políticas que recuperem a dinâmica da economia. Enquanto isso, está

assegurado o pagamento religioso dos encargos financeiros, extremamente caros, que beneficiam reduzida parcela de agentes (bancos, rentistas e empresas que especulam no mercado financeiro) em detrimento da maioria absoluta dos cidadãos.

O conjunto dessas decisões desencadeou problemas fiscais extremamente graves nos estados e municípios. Muitos deles que, há alguns anos dispunham de margens orçamentárias para investimentos sociais e de infraestrutura, tiveram a situação econômico-financeira rapidamente deteriorada. Em função da recessão e da expressiva queda da receita, alguns estados e municípios brasileiros começaram a enfrentar, a partir de 2016, redução real da arrecadação, o que levou à incapacidade de cumprimento de inúmeras obrigações, entre elas, as salariais. A política de austeridade implantada pelo governo federal, que provoca redução no crescimento e tem feito cair ainda mais a receita, está sendo, em parte, replicada nos estados. Com o mesmo diagnóstico do governo federal, de que o problema são os gastos com pessoal e os gastos sociais, vários estados e municípios têm implementado soluções similares, com pequenas adaptações.

Todo esse quadro de descontrole provocou a mobilização do funcionalismo público na tentativa de defender direitos mínimos, como o salário. Em alguns estados (RJ, RS e MG) mais atingidos pela crise, os prejuízos têm sido dramáticos, com atrasos e parcelamentos de salários, retirada de benefícios e suspensão de concursos públicos. A população, última destinatária dos serviços do estado, é quem suporta o ônus de toda a situação.

INDÚSTRIA

A indústria de transformação ainda enfrenta graves problemas e fechou 2016 com queda de produção. O crescimento de 2,3% registrado entre novembro e dezembro não impediu que o recuo da atividade industrial atingisse -6,6% no ano passado. Vale lembrar que taxas negativas também foram registradas em 2015 (-8,3%) e 2014 (-3,0%). Assim, entre 2014 e 2016, a produção industrial recuou 19,0%.

Em 2016, todos os segmentos da indústria de transformação apresentaram queda de produção, conforme mostra o Quadro 1, com dados do IBGE.

QUADRO 1
Resultados da Indústria de transformação - 2016

Setores da Indústria	Varição Anual da Produção (%) - 2016
Bens de Capital	-11,1
Bens Intermediários	- 6,3
Bens de Consumo	- 5,9
Duráveis	-14,7
Semiduráveis e não duráveis	-3,7
Indústria Geral	-6,6

Fonte: IBGE

Os Indicadores Industriais, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), revelam que o faturamento da indústria recuou 12,1%, em 2016, em comparação com 2015, apesar de ter havido leve melhora (0,1%), entre novembro e dezembro. Ainda de acordo com a CNI, as horas trabalhadas foram reduzidas em 7,6% e o nível de emprego em 7,5%.

Houve, também, em 2016, queda de 8,6% na massa salarial e de 1,2% no salário médio, revelando que o desemprego na indústria atingiu os trabalhadores menos qualificados, uma vez que o salário médio sofreu uma redução sensivelmente menor do que a massa de salários.

A Utilização da Capacidade Instalada, indicador calculado pela CNI, atingiu o nível mais baixo da série pesquisada, 76,0%, revelando ociosidade média nas fábricas de 24,0%, fato que se reflete no aumento dos custos de produção e limita a possibilidade de investimentos no setor.

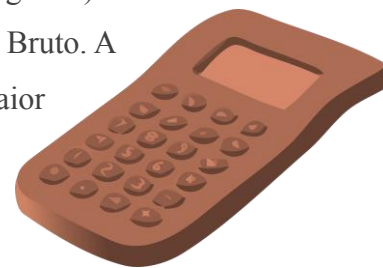
SETOR PÚBLICO

O governo “comemorou” o resultado primário (que não considera os juros da dívida) alcançado em 2016: déficit de R\$ 155,8 bilhões, bem abaixo dos R\$ 170,0 bilhões projetados pelo Tesouro Nacional. Assim mesmo, o déficit foi de R\$ 44,5 bilhões maior que o registrado em 2015, de R\$ 111,25 bi.

O déficit de R\$ 155,8 bilhões corresponde a 2,47% do PIB, superior aos 1,85% de 2015. Mesmo com corte de gastos em custeio e investimentos, o governo não conseguiu reverter o resultado negativo das contas primárias. As projeções para 2017 são de novo déficit, embora menor, de cerca de R\$ 143,1 bilhões. Vale lembrar que o resultado das contas públicas apresentou superávit primário médio de 3,18% do PIB, entre 2002 e 2013.

Quando incluídas as despesas financeiras do governo, os números tornam-se bem piores. Nesse cálculo, acrescentam-se ao déficit primário as despesas com juros da dívida.

O déficit nominal do setor público atingiu R\$ 562,8 bilhões, em 2016, ou 8,93% em relação ao PIB. O total de juros pagos pelo governo aos detentores (nacionais e estrangeiros) de título do Tesouro Nacional chegou a R\$ 407,0 bilhões, equivalentes a 6,46% do Produto Interno Bruto. A despesa do governo com juros, no entanto, foi menor do que a de 2015 e maior que em 2014. Em 2015, os gastos com juros atingiram R\$ 501,8 bilhões (8,36% do PIB) e, em 2014, R\$ 311,4 bi (5,39% do PIB).



A dívida bruta do setor público atingiu, em 2016, R\$ 4,38 trilhões, ou 69,5% do PIB. Ocorreu crescimento, em termos nominais (não descontando a inflação), de 12,3% em relação a 2015, quanto alcançou R\$ 3,9 trilhões, 65,5% do PIB. Em 2014, a dívida situou-se em R\$ 3,25 trilhões, 56,3% do PIB.

Os números mostram que a dívida pública cresceu, em termos relativos ao PIB, 13,2 pontos percentuais, entre 2014 e 2016, o que assustou o governo e criou expectativas negativas no setor privado. A maior parte desse crescimento é gerado pelo componente financeiro. Ou seja, são os juros que aumentam a dívida, o que indica a dinâmica financeira do crescimento dela. A reação intempestiva e apressada do governo é conhecida: editou medidas para conter os gastos públicos (a Emenda Constitucional 95, resultante da PEC 241 e PEC 55 - PEC do Teto) e reformar o sistema de seguridade social, incluindo a previdência (PEC 241/16). Esta última, no entender do governo, constitui a despesa que mais “sangra” o Tesouro. Para a população e para a Constituição Federal, as despesas com previdência e assistência efetivam um direito social inscrito na Lei Maior.

**Presidente: Luis Carlos De Oliveira**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Vice-presidente: Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Secretário Nacional: Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Carlos Donizeti França de Oliveira

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretora Executiva: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora de pesquisas e tecnologia: Patrícia Pelatieri

Coordenador de educação e comunicação: Fausto Augusto Júnior

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenadora de estudos em políticas públicas: Angela Maria Schwengber

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Equipe Responsável

Adhemar Mineiro

Airton Santos

Clóvis Scherer

Frederico Melo

Jose Álvaro Cardoso

Thomaz Ferreira Jensen